

ECONOMIA

ALÉM DA NOTÍCIA

Externa Dívida cavalara

Dados do Banco Central indicam que a dívida pública interna da União alcançou, no final do mês passado, Cr\$ 13,1 trilhões, correspondendo a um crescimento de 67,6% no primeiro semestre deste ano e de 161,0% nos últimos 12 meses, superando amplamente a inflação que, no primeiro período considerado foi de 67,3% e no período anual, 127,2%. Os números divulgados dão algumas indicações interessantes, como a de que a contribuição histórica da dívida pública à execução da política monetária foi de apenas Cr\$ 2,2 trilhões até o final do primeiro semestre, significando que o Tesouro gastou os restantes Cr\$ 11,0 trilhões para cobrir as despesas com o giro da própria dívida e para compensar o déficit fiscal.

Há, também, outro dado inquietante: dos Cr\$ 7,9 trilhões de títulos em circulação no mercado, pelo menos Cr\$ 6,0 trilhões estão representados por ORTN com cláusula de correção cambial, o que explica a vacilação das autoridades monetárias em eliminar os privilégios desses títulos, que se encontram, na sua grande maioria, em poder de meia dúzia de grandes conglomerados financeiros, pois isso poderia comprometer o giro da dívida.

Ocorre, todavia, que esse privilégio não pode mais ser tolerado, sobretudo quando todos os segmentos da sociedade, e em especial, a classe trabalhadora, sempre a menos atendida, estão pagando caro o processo de ajustamento da economia. É compreensível que o Governo, ao prometer a desindexação, tenha deixado intocável a correção cambial: afinal, é essencial à sobrevivência da capacidade de gestão das contas externas do País, que sejam produzidos superávits comerciais expressivos, e seria uma insensatez completa, a esta altura, desestimular as exportações.

Contudo, é preciso encontrar, e o mais rapidamente possível, uma forma de eliminar os títulos federais indexados pela correção cambial. Vale a pena o Governo começar a examinar as propostas que estão sendo lançadas, como a suspensão pura e simples das emissões dos papéis cambiais e a utilização de parte do estoque existente para a eliminação da correção cambial dos empréstimos lastreados em moeda estrangeira, no âmbito da Resolução 63.

A recompra dos títulos corrigidos pelo câmbio também é uma hipótese que deve ser considerada, ainda que o Governo, que promoveu seu lançamento no mercado com tanta generosidade, na tentativa, infrutífera, de demonstrar ao mercado a estabilidade da política cambial, tenha de enfrentar uma expansão monetária incontrolável, se tiver de promover o resgate antecipado, como se propõe.

Talvez valesse a pena recorrer, uma vez mais, à política fiscal, taxando mais pesadamente os ganhos nas operações com ORTN cambiais, de modo a tornar desinteressante a especulação com esses títulos, evitando assim sua ação desarticuladora da política de taxa de juros, e fazendo com que seus privilegiados detentores amarguem também o sacrifício da crise.